

FUNDOS EUROPEUS

JUVENTUDE

TRANSPARÊNCIA

MENOS DEPENDÊNCIA



ÍNDICE GERAL

PRIORIDADES DA JSD PARA A APLICAÇÃO DE FUNDOS EUROPEUS

1 - CONSTRUIR UM PAÍS PARA AS NOVAS GERAÇÕES	2
2 - EXECUTAR COM TRANSPARÊNCIA E CORRUPÇÃO ZERO	5
Sanções para contratação pública de projetos financiados por fundos comunitários	7
3 - PREPARAR O PAÍS PARA UMA MENOR DEPENDÊNCIA	9
Fugir da cauda da Europa	9
Executar eficazmente os fundos	10
Mitigar a dependência	11
Excesso de concentração de alocação de fundos no Estado	12
BIBLIOGRAFIA E WEBGRAFIA	19

1. CONSTRUIR UM PAÍS PARA AS NOVAS GERAÇÕES

A juventude portuguesa tem enfrentado diversos desafios ao longo das últimas décadas e sucessivos entraves à prossecução do projeto de vida que cada jovem ambiciona para si. Estes bloqueios aparecem em várias frentes, e por vezes simultaneamente, desde a educação que tarda em funcionar como um verdadeiro elevador social, o difícil acesso a emprego de qualidade e bem remunerado, os bloqueios significativos no acesso à habitação e à emancipação, a tardia constituição de família - em síntese, uma geração que se encontra permanente adiada e um país que tarda em servir as novas gerações, aos quais a JSD quer dar resposta.

A pandemia gerou uma situação sem paralelo na história recente, com as inerentes consequências económicas que todos conhecemos. No entanto, tanto as consequências que já se fazem sentir, como aquelas que se avizinham, vieram apenas agravar o impacto de todos estes bloqueios, que tendem a manter-se como barreiras estruturais na vida dos jovens há várias gerações.

A conclusão é óbvia - não é fácil ser jovem em Portugal.

Qualquer jovem português sentiu a vida marcada pela palavra crise. Não há realidade mais constante na vida das novas gerações do que a situação de permanente crise, que tem transformado sucessivamente o nosso país num país de despedidas de talento, valor e oportunidades. Geração atrás de geração, os jovens não conseguem singrar ou realizar o seu projeto de vida no seu país. Geração atrás de geração, os jovens vêem os seus sonhos adiados, suspensos na promessa de um futuro melhor que acaba sempre comprometido pelas escolhas e circunstâncias do presente.

O país não tem sido capaz de estar à altura das suas gerações mais novas, pelo que devemos perguntar-nos: o que temos feito para garantir mais oportunidades, para oferecer mais futuro aos jovens do nosso país? Que Portugal estamos a construir para as gerações vindouras?

As novas gerações voltam a ser as mais prejudicadas com a atual crise pandémica, económica e social - um autêntico rolo compressor que destrói o presente para milhares de jovens do nosso país e compromete os seus projetos de vida. Não teremos um país decente, desenvolvido e justo enquanto não tivermos uma juventude emancipada, independente, capaz de se autonomizar, capaz de olhar o futuro com esperança, sabendo que o seu país valoriza o seu talento e a sua qualidade.

Ao fim de quase 50 anos de democracia e mais de três décadas de integração europeia, com os avanços significativos e inquestionáveis que estas realidades permitiram e consolidaram, é também inegável que Portugal continua a ser um dos países mais pobres da União Europeia, ultrapassado por países que são independentes há apenas três décadas, como os bálticos e os países do leste europeu.

A pobreza e o atraso crónico face à Europa têm um impacto brutal nas oportunidades e no projeto de vida de cada jovem português que são, entre os jovens europeus, dos que mais tarde saem de casa dos seus pais - uma situação que se vem a deteriorar. Um país no qual, segundo dados ainda de 2018, os jovens são o grupo etário com uma taxa de risco de pobreza mais elevada. Já contando com as transferências sociais, quase 20% dos jovens com menos de 18 anos encontram-se nas garras da pobreza e da insuficiência económica. Que país estamos a construir quando, mesmo com transferências sociais, 1 em cada 5 jovens vive no limiar da pobreza?

Um país que regista hoje uma das taxas de desemprego jovem mais elevadas da União Europeia, a que se juntam milhares e milhares de jovens que não estudam nem trabalham. Os dados indicam que 1 em cada 4 jovens portugueses estão hoje desempregados.

É urgente resolver este problema, agravado pela pandemia, com mais ação, mais respostas que incentivem a contratação e a manutenção de emprego jovem, e menos propaganda, visto que essa não gera um único emprego. Seja para a crise de hoje, seja para outras no futuro, não podemos ter as novas gerações numa situação tão frágil e vulnerável.

Um país que conta com uma geração jovem qualificada, cosmopolita, europeísta, aberta ao mundo, ativa no mundo cultural, uma geração que se mobiliza pelo planeta, pela cidadania, igualdade e responsabilidade social, que não descarta o seu percurso académico e profissional, mas que não recebe em troca mais do que 700€ de salário mensal, mesmo com uma licenciatura ou um mestrado.

Os jovens não precisam de continuar a ouvir elogios ociosos por serem a “geração mais qualificada de sempre” se essa qualificação - tão elogiada - não for acompanhada de uma remuneração própria de um país europeu e de uma economia desenvolvida.

As novas gerações exigem um país com igualdade de oportunidades - económica, social, territorial, cultural. Um país em que o que alcançamos na vida está mais relacionado com o esforço e o trabalho de cada um, e não é enviesado por um sistema distorcido, onde a cunha, o favor ou a rede de contactos substituem a Educação como elevador social. Um país onde quem nasce pobre não tem de esperar cinco gerações até sair da pobreza.

As novas gerações precisam de um país que seja capaz de ter uma economia forte, robusta e competitiva, com um crescimento sustentável, caracterizada por melhores empregos e melhores salários, que vença o atraso crónico de Portugal, capaz de convergir e descolar da cauda da União Europeia.

Para a Juventude Social Democrata, é tempo de Portugal deixar de ser o doente crónico da Europa.

As novas gerações exigem uma economia que não estigmatiza quem investe, quem arranca com o seu próprio negócio, uma economia que não é soterrada por um sufoco fiscal, uma economia que valoriza quem cria riqueza, condição sem a qual não conseguimos fortalecer o Estado Social e proteger os mais vulneráveis da nossa comunidade - dos mais jovens aos mais velhos.

Uma economia e uma sociedade - da escola ao mercado de trabalho, do Estado às empresas - que se preparam para a economia digital, em que os novos modelos de negócio e o avanço da robotização e da inteligência artificial representam mais oportunidades para Portugal e para as novas gerações, ao invés de um ainda maior atraso face aos países mais desenvolvidos.

As novas gerações não desistem do seu país e é nele que querem construir a sua vida. Temos de ter a capacidade de não desistir da juventude portuguesa.

O país tem de ser capaz de aproveitar os novos fundos europeus - Plano de Recuperação e Resiliência, o NextGenerationEU ou o futuro PT2030 - para, finalmente, construir um Portugal de oportunidades para as novas gerações. Não podemos desperdiçar esta oportunidade. A JSD entende que o país não precisa de uma utilização dos fundos europeus à boa moda socialista: despejar dinheiro para cima dos problemas dos jovens, sem os resolver estruturalmente. Os fundos com vista à recuperação económica e social da atual pandemia da COVID-19 consti-

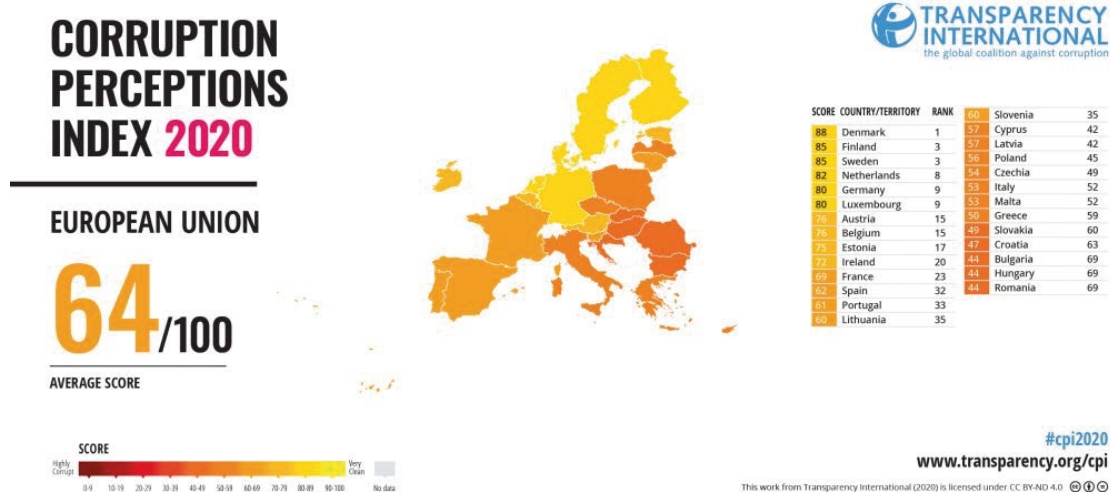
tuem uma oportunidade para transformar este momento de disrupção, incerteza e dificuldade, num ponto de inflexão do atual paradigma de abandono na resposta aos problemas enfrentados pelas gerações mais novas.

A JSD defende que é necessária uma visão reformista no âmbito da aplicação dos fundos europeus para os vários domínios da Juventude. Os fundos europeus são uma oportunidade – mais uma – para resolver alguns dos problemas dos jovens portugueses, mas não tenhamos ilusões: apenas orçamentar, proclamar ou despejar dinheiro não resolve os verdadeiros dramas com que cada jovem português vive a sua vida. Exige-se mais ao Governo, exige-se que ataque os bloqueios estruturais que dificultam o desenvolvimento do projeto de vida de cada. Essa é a exigência da JSD.

2. EXECUTAR COM TRANSPARÊNCIA E CORRUPÇÃO ZERO

A Juventude Social Democrata afirma como prioridade imediata na execução do programa de fundos europeus a adoção de todas as medidas disponíveis de combate à corrupção e reforço da transparência.

Em 2020 Portugal desceu três lugares no Índice de Perceção da Corrupção (CPI)¹ de 2020, publicado pela Transparency International, tendo agora a pontuação mais baixa de sempre. Com 61 pontos, Portugal está abaixo da média da União Europeia, que se cifra nos 66 pontos, ocupando a 33.^a posição do ranking.



A Juventude Social Democrata condena a ausência de uma política eficaz e estruturada para erradicação da corrupção em Portugal. Ainda mais grave que os valores apresentados em sucessivos relatórios é a total inaptidão para os inverter. A implementação de uma estratégia musculada de prevenção e subsequente combate à corrupção permitirá a Portugal beneficiar de mais meios e aliviar a enorme carga fiscal de que os portugueses são alvo. Preocupações estas que num contexto de crise pandémica assumem redobrada importância.

Os dados supramencionados, sendo referentes ao ano de 2020, revelam a realidade da corrupção num País submerso pelo flagelo da COVID-19. Neste contexto de pandemia «os resultados do CPI2020 são reveladores do impacto da corrupção nos sistemas de saúde e de proteção social, nos processos democráticos e no respeito pelos direitos humanos.»²

¹ «O Índice de Perceção da Corrupção (CPI) é a mais antiga e abrangente ferramenta de medição da corrupção no mundo, analisando os níveis de corrupção no setor público de 180 países e territórios, pontuando-os de 0 (percecionado como muito corrupto) a 100 (muito transparente).» in <https://transparencia.pt/corruption-perception-index/>

² Portugal desce três lugares no Índice de Perceção da Corrupção 2020, registando a pontuação mais baixa desde 2012 in <https://transparencia.pt/portugal-indice-percecao-corrupcao-2020/>

De acordo com Delia Ferreira Rubio, Presidente da Transparency International:

«A COVID-19 não é apenas uma crise económica e sanitária. É uma crise de corrupção. E é uma crise que não estamos a conseguir gerir. O ano passado colocou governos à prova como nunca e os países com níveis mais elevados de corrupção têm sido menos capazes de enfrentar este desafio. Mas mesmo aqueles que estão no topo do CPI devem abordar urgentemente o seu papel na perpetuação da corrupção a nível interno e externo».

De acordo com o estudo «The costs of corruption across the EU», apresentado em 2018 no Parlamento Europeu, os custos financeiros da corrupção em Portugal representam cerca de 7,9% do PIB. Esta percentagem equivale a 18,2 mil milhões de Euros, o que corresponde à totalidade do orçamento da saúde em dois anos. A espoliação e sangria do erário público é feita à custa dos contribuintes portugueses, o que para lá do efeito patrimonial evidente, representa também uma inevitável quebra de confiança dos cidadãos no Estado. e nos índices de integridade e de capacidade dos servidores públicos para o cabal e expectável exercício das suas funções.³

O portal da transparência

Para fazer face a este flagelo pré-anunciando, o Governo estima lançar em breve o Portal da Transparência.⁴ O portal foi proposto o ano passado e acabou por ser aprovado em plenário, depois de ter sido chumbado em comissão com os votos contra de PS e abstenções BE, PCP e PEV.

De acordo com a proposta, o Portal da Transparência consiste num «portal online, de livre acesso público, cujos dados sejam fáceis de extrair de forma automática e que permita consultar, em tempo real, (...) a identificação de todos os projetos financiados ou participados por fundos europeus, categorizados por instrumento, por programa e por área de execução, de acordo com o definido no Plano de Recuperação e Resiliência». O Portal abrangerá não somente os fundos comunitários, em especial para o PRR, mas também terá outros separados para execução orçamental e dados pessoais.

De acordo com o documento do PRR que esteve em consulta pública o portal vai permitir «a consulta de informação individualizada sobre cada investimento financiado, bem como o seu tratamento por agregados de natureza diversa, designadamente, territorial, setorial ou temática. O sistema disponibilizará informação sobre os investimentos durante toda a fase da sua execução até ao seu encerramento no PRR».

A associação observa, porém, que o PRR “deixa de fora alguns elementos técnicos ainda em elaboração”, nomeadamente “os que dizem respeito aos custos e a alguns marcos e metas” o que a “impede de tecer quaisquer considerações adicionais sobre o mérito e razoabilidade das prioridades políticas e medidas nele inscritas, dado que não são disponibilizadas as análises de custo-benefício das mesmas”.

³ e46449daadbfebc325a0b408bbf5ab1d.pdf (greens-efa.eu)

⁴ Transparência. Portal só deverá arrancar no final de abril e com dados limitados in <https://expresso.pt/politica/2021-03-05-Transparencia.-Portal-so-devera-arrancar-no-final-de-abril-e-com-dados-limitados>

O Ministério Público lançou igualmente um *think tank* para prevenção do risco de fraude nos recursos financeiros da União Europeia. Este grupo de reflexão pretende preventivamente conhecer a resposta europeia dada através dos Fundos Europeus à emergência da crise pandémica resultante da COVID 19, identificar e avaliar o risco de fraude e propor estratégias da sua prevenção, contribuindo para envios na utilização destes recursos. Contando com participações de várias entidades, o grupo não é a sua representação institucional e pretende ser um espaço livre de reflexão e propostas quando seja entendido adequado.” A Juventude Social Democrata reconhece a importância de envolver o máximo de protagonistas no combate à corrupção e saúda iniciativas desta natureza que contribuam de forma determinante para um reforço da fiscalização.

A Juventude Social Democrata considera que a criação do Portal, só por si, está longe de ser suficiente para assegurar a correta execução dos fundos e afastar o espectro de corrupção que paira sobre o PRR. A ideia veiculada pela Presidente da Transparência e Integridade⁵ - «Está a preparar-se um assalto aos fundos europeus»⁶ - é sintomática do estado de desconfiança que os cidadãos têm face ao poder político.

Neste sentido, a Juventude Social Democrata propõe:

- 1.** Que seja criada uma **estrutura orgânica (independente e especializada)** com poderes específicos para fiscalizar a execução do Plano de Recuperação e Resiliência, tanto de natureza executiva, como fiscalizadora e sancionatória, com representantes do Tribunal de Contas, do Ministério Público, da UTAO, da Inspeção Geral de Finanças e de Organizações Não Governamentais especializadas.
- 2.** A **publicação de toda a informação** sobre os investimentos contratualizados, desde a fase de avaliação das necessidades até aos resultados de execução,
- 3.** A publicação no Portal da Transparência de **parâmetros de análise da execução** do PRR, de modo que seja possível monitorizar em tempo real a evolução da execução, tendo em conta os objetivos inicialmente estabelecidos;

Sanções para contratação pública de projetos financiados por fundos comunitários

A Juventude Social Democrata considera positivas as medidas que passem por um agravamento dos montantes mínimos e máximos das coimas previstos nos artigos 456.º a 458.º do Código dos Contratos Públicos são elevados para o dobro quando, no âmbito de procedimentos pré-contratuais abrangidos pelas medidas especiais de contratação pública previstas na presente lei, se aplicável, sejam praticadas as correspondentes contraordenações.

⁵ Secção portuguesa da rede global de ONG anticorrupção Transparency International

⁶ “Está a preparar-se um assalto aos fundos europeus”, diz presidente da Transparência e Integridade in <https://www.publico.pt/2020/10/04/politica/noticia/prepararse-assalto-fundos-europeus-presidente-transparencia-integridade-1933968>

No entanto, esta medida não pode servir como pretexto para diminuir a fiscalização na execução dos fundos europeus. É com enorme desconfiança que a JSD encara a nova legislação que pretende uma maior agilização da contratação por via da diminuição dos prazos e do aumento dos limiares acima dos quais os processos são mais escrutinados em primeira instância. Ainda para mais, tendo em conta que esta prevê que «possa ser dispensada a análise de custo-benefício quando se trata da execução de projetos financiados ou cofinanciados por fundos europeus.»⁷ A Juventude Social Democrata considera que todas as medidas adotadas devem contribuir para uma maior fiscalização, elegendo claramente o combate à corrupção como uma prioridade política na execução dos Fundos europeus.

Neste sentido, a Juventude Social Democrata propõe que:

- 4. O agravamento de sanções contraordenacionais sobre incumpridores não seja uma contrapartida para a diminuição da fiscalização à priori.**
- 5. Haja um reforço dos meios financeiros do Tribunal de Contas para um maior capacitação do papel do Tribunal no escrutínio e fiscalização.**

⁷ PS e PSD duplicam coimas nos fundos europeus para ultrapassar veto de Marcelo - ECO (sapo.pt)

3. PREPARAR O PAÍS PARA UMA MENOR DEPENDÊNCIA

Fugir da cauda da Europa

Os Fundos Europeus são o principal instrumento da política de coesão da União Europeia. A sua vocação primordial é a de fornecer meios às economias menos competitivas para que se possam desenvolver e, conseqüentemente, competir num contexto de mercado aberto com economias mais desenvolvidas. O reforço das economias menos competitivas da União Europeia contribui determinadamente para um mercado único mais competitivo internamente e externamente, beneficiando em crescimento económico tantos os países da coesão como os restantes Estados-membro. Para além disso, os Fundos Europeus asseguram igualmente a importante função de mitigar as assimetrias de crescimento, evitando que haja uma Europa a crescer a “duas velocidades”, de modo a garantir um crescimento sustentável.

Ao invés do que seria desejável, Portugal tem dados passos largos para agudizar o drama do atraso face à convergência europeia. Quando em 2004 entraram na União Europeia dez novos Países – República Checa, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Polónia, Eslováquia, Eslovénia, Malta e Chipre – verificava-se uma diferença abismal entre a média dos seus PIB e os valores do PIB português. Todavia, ao fim de pouco mais de 12 anos de estagnação, Portugal foi apanhado.⁸

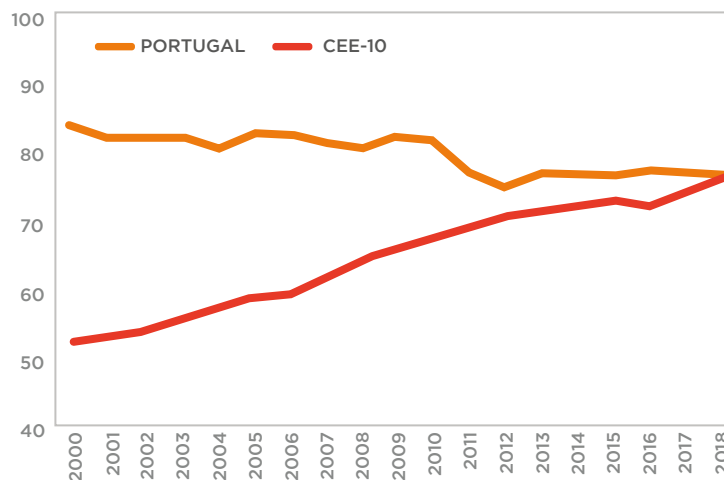


Figura 1: PIB per capita em Paridade de Poder de Compra, índice (EU-28 = 100)

A realidade é que após mais de três décadas e meia de aplicação dos Fundos em Portugal, num montante total de mais de 100 mil milhões de euros,⁹ a convergência face à média europeia é hoje uma miragem cada vez mais distante. Se, por um lado, se verificou um desenvolvimento acentuado do País ao nível das infraestruturas e inclusão social, por outro lado, o reforço da competitividade e o crescimento económico estão longe de serem satisfatórios. A JSD lamenta que ao fim de tantos anos de integração europeia Portugal não tenha aproveitado devidamente a assistência financeira europeia para melhorar o crescimento económico a médio e longo prazo.

⁸ Comissão Europeia, Communication from the commission to the european Parliament, the european council, the council, the european Central bank and the Eurogroup in 2020-european_semester_country-report-portugal_en.pdf (europa.eu)

⁹ Fundos comunitários representam quase 80% do investimento público em Portugal in <https://eco.sapo.pt/2018/10/11/fundos-comunitarios-representam-quase-80-do-investimento-publico-em-portugal/>

O cenário é ainda mais grave quando comparamos o nosso aproveitamento face aos restantes Países da Coesão ao nível de crescimento económico anual.¹⁰ Ainda que Portugal tenha crescido acima da média europeia em 2019, viu todos os Países da Coesão crescer mais.

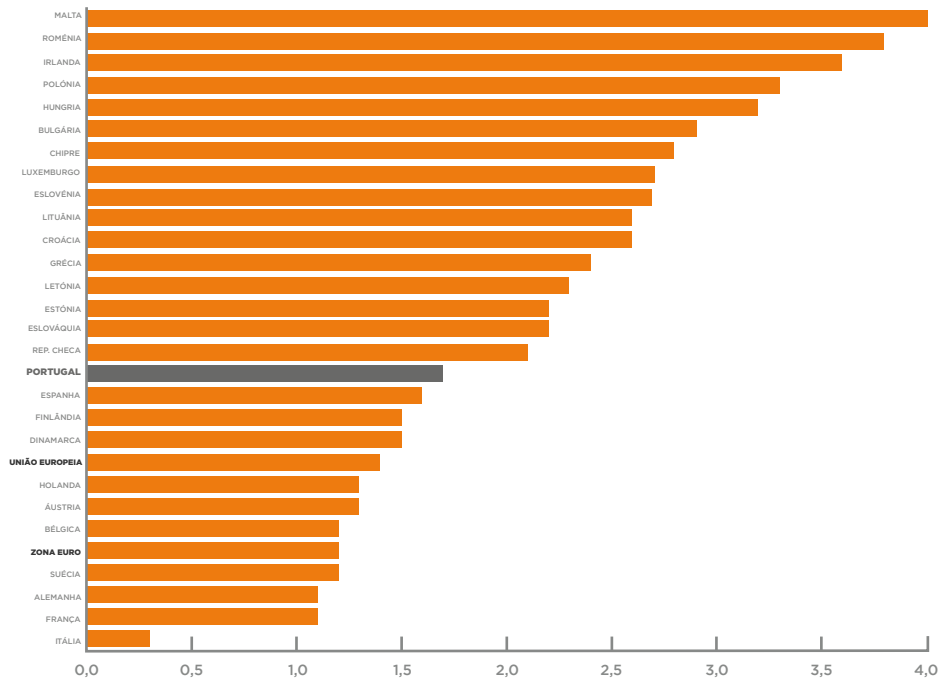


Figura 2: Crescimento do PIB (%) dos membros da União Europeia

Estes dados colocam-nos dois desafios estratégicos determinantes para o futuro de Portugal: 1) Execução eficaz dos Fundos europeus, dentro dos prazos diminutos que nos são impostos e minimizando os efeitos perversos da corrupção; 2) Dotar Portugal de uma estratégia própria que não passe meramente pela dependência total dos fundos europeus.

Executar eficazmente os fundos

Em Outubro de 2020, o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, frisou que «(...) nós temos uma taxa de execução tradicionalmente baixa em relação à execução dos fundos europeus, por razões administrativas e muitas delas burocráticas.»¹¹

De acordo com a base de dados da Comissão Europeia, nessa altura, Portugal apresentava uma taxa de execução de fundos comunitários de 54,79% do envelope (equivalente a 18,19 mil milhões de euros executados). Neste período Portugal já registava uma taxa de compromisso de 106% (equivalente a um montante total de 35,25 mil milhões de euros). Este mecanismo de “*overbooking*” permite que na eventualidade de recusas ou desistências de projetos, os fundos já estariam alocados a projetos alternativos, evitando assim a devolução de verbas a Bruxelas.

¹⁰ 16 países da UE crescem mais que Portugal. Maiores parceiros comerciais estão pior in 16 países da UE crescem mais que Portugal. Maiores parceiros comerciais estão pior – ECO (sapo.pt)

¹¹ PR diz que contratação pública é matéria de “equilíbrio difícil” in PR diz que contratação pública é matéria de “equilíbrio difícil” – ECO (sapo.pt)

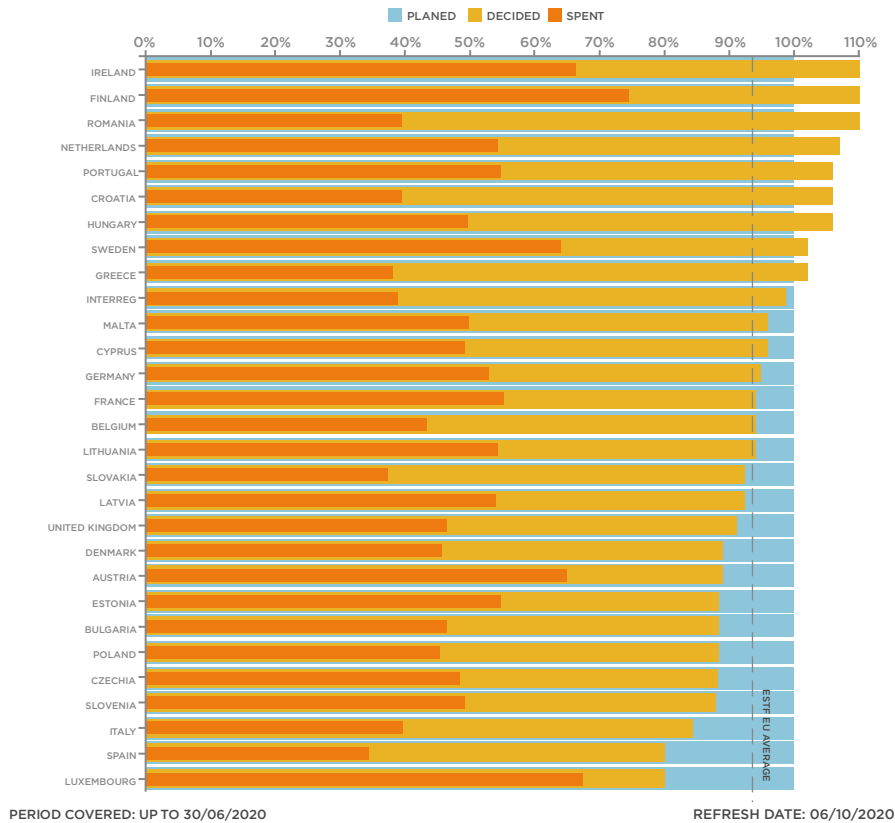


Figura 3: Execução dos Fundos provenientes da União Europeia

Neste sentido, a JSD exige que os portugueses não se vejam privados de recursos determinantes para o desenvolvimento do País pela incapacidade dos seus governantes em executar os Fundos comunitários dentro dos prazos exigíveis.

Mitigar a dependência

Entre 2014 e 2020, Portugal recebeu financiamento do FEEI no valor de 25,9 mil milhões de euros, provenientes de 16 programas nacionais. Isto representa uma média de 2 480 euros por pessoa do orçamento da UE.⁵ Na globalidade dos Estados-membro, apenas Polónia, Itália, Espanha e França receberam mais que Portugal, ocupando assim o quinto lugar no conjunto dos Estados-membros que mais receberam.¹²

Já em 2018, o PSD alertava para a preocupante dependência que o País apresentava relativamente aos Fundos Europeus,¹³ numa altura em que os Fundos comunitários financiavam cerca de 80% do investimento público em Portugal.¹⁴

¹² Comissão Europeia cedeu 14.245 milhões de euros através do Portugal 2020 in <https://observador.pt/2021/02/01/comissao-europeia-cede-14-245-milhoes-de-euros-atraves-do-portugal-2020/>

¹³ Dependência de fundos europeus preocupa PSD e é encarada como estratégica pelo PS in Dependência de fundos europeus preocupa PSD e é encarada como estratégica pelo PS - União Europeia - Jornal de Negócios (jornaldenegocios.pt)

¹⁴ Fundos comunitários representam quase 80% do investimento público em Portugal in <https://eco.sapo.pt/2018/10/11/fundos-comunitarios-representam-quase-80-do-investimento-publico-em-portugal/>

Prova disso é o facto de, entre 2016 e 2019, Portugal ter sido o terceiro país europeu com menos investimento público per capita, apenas superado por Roménia e Bulgária.¹⁵

Ao invés de utilizar os fundos para modernizar a economia nacional e contribuir para a convergência europeia, o Estado aloca os fundos comunitários ao pagamento de verbas que deveriam caber ao Orçamento. A economia nacional não só não utiliza os fundos para crescer a um ritmo assinalável, como faz depender o investimento público nacional do volume dos fundos europeus. O Orçamento do Estado passa a ser uma ferramenta dispensável, quando deveria ser o principal motor do desenvolvimento público em Portugal. dos que deveriam servir para modernizar a nossa economia e para aumentar a nossa competitividade e crescimento.

Este processo é duplamente prejudicial para o País: em primeira instância, desperdiçamos uma oportunidade de nos desenvolvermos economicamente; em segunda instância, porque o excesso de dependência atrasa o natural e necessário processo dos fundos.

Pior do que os resultados fracos que Portugal tem apresentados nos últimos anos, é o total estado de negação em que os governantes socialistas se encontram, como demonstram as declarações do eurodeputado Pedro Silva Pereira em 2018, afirmando que «Isso aconteceu ao longo do último Quadro Financeiro Plurianual, como em orçamentos anteriores, o que confere à questão do envelope financeiro de fundos comunitários uma relevância estratégica para o nosso desenvolvimento e para a nossa economia.»¹⁶ A estratégia não pode ser esperar que a União Europeia colmate as nossas insuficiências.

Excesso de concentração de alocação de fundos no Estado

A decisão estratégica de aplicação dos fundos europeus em território nacional, como é sabido, cabe ao Governo. Infelizmente, o plano de recuperação e resiliência (PRR) proposto define uma alocação direta de aproximadamente 11,5 mil milhões de euros em iniciativas e atividades do Estado. No âmbito dos 16,6 mil milhões de euros previstos, apenas cerca de 5 mil milhões de euros serão injetados diretamente na economia portuguesa por via do setor privado.

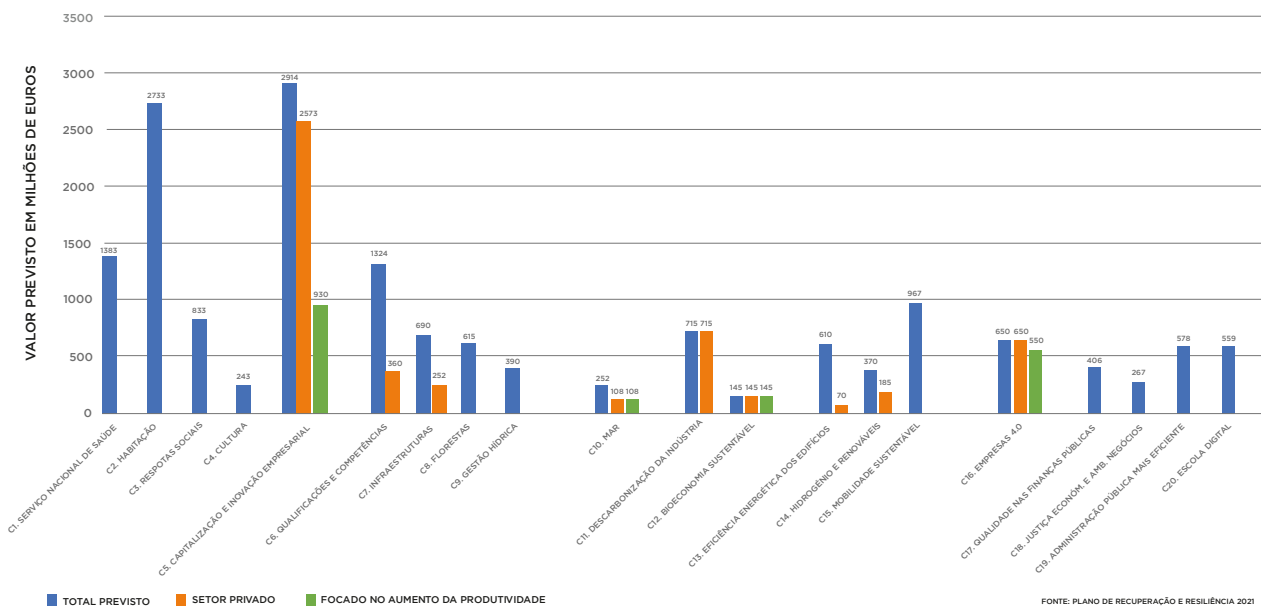
Esta situação representa uma estimativa de 60% de fundos por via do PRR alocados ao Estado, que por sua vez poderá alocar indiretamente às empresas, e apenas 30% alocados em setores estratégicos de alto valor acrescentado e de elevada produtividade. Se avaliarmos os projetos previstos no PRR que respondam exclusivamente a atividades de elevado aumento de produtividade que garantam uma posição competitiva e sustentável, apenas 10% do valor total do PRR é alocado. Como é possível avaliar na figura 4, das vinte componentes do PRR, apenas nove apresentam projetos de investimento direto nas empresas e somente quatro estão relacionadas com atividades económicas que promovam um crescimento sustentável e competitivo da produtividade nacional.

¹⁵ Portugal tem o 3º pior investimento público per capita da UE in Expresso | Portugal tem o 3º pior investimento público per capita da UE

¹⁶ Dependência de fundos europeus preocupa PSD e é encarada como estratégica pelo PS in Dependência de fundos europeus preocupa PSD e é encarada como estratégica pelo PS - União Europeia - Jornal de Negócios (jornaldenegocios.pt)

Estas componentes relacionam-se com a economia do mar, com a bioeconomia sustentável e com a produção de energia. Sendo que estão ainda previstos investimentos na agricultura, na descarbonização da indústria e na digitalização das empresas. Em acréscimo, existe ainda uma grande fatia que é alocada à capitalização das empresas portuguesas. Embora seja perceptível a relevância de todas estas componentes, o facto é que a representatividade que têm na estratégia governamental espelham a dependência do Estado e do Investimento Público face aos fundos existentes e a sua pouca canalização para as empresas de forma direta assim como para as atividades económicas de alta produtividade.

DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS DE REFORMAS E INVESTIMENTOS



FONTE: PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA 2021

Figura 4: Alocação de fundos previsto pelo Plano de Recuperação e Resiliência

A aposta na necessária transformação das empresas portuguesas não é suficiente para garantir a redução da dependência da economia portuguesa face aos fundos europeus, como exposto neste documento, nem garante um aumento sustentável da competitividade da economia face aos restantes Estados-membro da União europeia. As necessidades de adotar políticas de promoção do desenvolvimento económico de longa duração e de incentivar ao desenvolvimento de empresas de elevada capacidade produtiva representam parte das considerações parcamente tidas em conta pelo PRR.

Neste sentido, a Juventude Social Democrata propõe:

- 1.** Que o Governo português apresente uma **proposta de mitigação da dependência face aos fundos europeus a dez anos**, com metas intermédias a cumprir anualmente.
- 2.** Que os **Fundos Europeus sejam canalizados para potenciar o PIB nacional**, de modo que num prazo razoável de tempo seja possível convergir com os níveis de investimento público nacional da média europeia.
- 3.** Que o Governo português estabeleça **mais áreas de atividade económica prioritárias para a implementação dos fundos provenientes do Quadro Plurianual 2021-2027** no sentido de mitigar a escassa aplicação dos fundos do PRR em atividades de alta produtividade e alto valor acrescentado.

BIBLIOGRAFIA E WEBOGRAFIA:

Comissão Europeia, Country Report Portugal 2020, 2020

https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/2020-european_semester_country-report-portugal_en.pdf

<https://cohesiondata.ec.europa.eu/countries/PT>

Jornal de Negócios

<https://www.jornaldenegocios.pt/economia/europa/uniao-europeia/detalhe/dependencia-de-fundos-europeus-preocupa-psd-e-e-encarada-como-estrategica-pelo-ps>

Jornal Eco

<https://eco.sapo.pt/2021/03/25/ps-e-psd-duplicam-coimas-nos-fundos-europeus-para-ultrapassar-veto-de-marcelo/>

<https://eco.sapo.pt/2020/02/13/16-paises-da-ue-crescem-mais-que-portugal-maiores-parceiros-comerciais-estao-pior/>

<https://eco.sapo.pt/2020/10/06/pr-diz-que-contratacao-publica-e-materia-de-equilibrio-dificil/>

<https://eco.sapo.pt/2018/10/11/fundos-comunitarios-representam-quase-80-do-investimento-publico-em-portugal/>

Jornal Expresso

<https://expresso.pt/politica/2021-03-05-Transparencia.-Portal-so-devera-arrancar-no-final-de-abril-e-com-dados-limitados>

<https://expresso.pt/economia/2019-11-30-Portugal-tem-o-3-pior-investimento-publico-per-capita-da-UE>

Jornal Observador

<https://observador.pt/2021/02/01/comissao-europeia-cedeu-14-245-milhoes-de-euros-atraves-do-portugal-2020/>

Jornal Público

<https://www.publico.pt/2020/10/04/politica/noticia/prepararse-assalto-fundos-europeus-presidente-transparencia-integridade-1933968>

Plano de Recuperação e Resiliência da Economia Portuguesa 2021

<https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3d%3dBQAAAB%2bLCAAAAAAABAAzNDQzMgYAqIWYyAUAAAA%3d>

Secção portuguesa da rede global de ONG anticorrupção Transparency International

<https://transparencia.pt/corruption-perception-index/>

<https://transparencia.pt/portugal-indice-percecao-corrupcao-2020/>

The Greens/EFA Group, The Costs Of Corruption Across The EU, 2018

<https://www.greens-efa.eu/files/doc/docs/e46449daadbfebc325a0b408bbf5ab1d.pdf>

ESTAMOS JUNTOS POR PORTUGAL

JSD.PT



Agradecimentos

A COMISSÃO POLÍTICA NACIONAL DA JSD AGRADECE OS CONTRIBUTOS DE TODOS OS QUE ESTIVERAM ENVOLVIDOS NA PESQUISA, REFLEXÃO E PRODUÇÃO DESTE DOCUMENTO.

Presidente da JSD

Alexandre Poço

Coordenação

Hugo Lopes
(Vice-Presidente da JSD)

Gabriel Albuquerque
(Diretor Gabinete de Estudos)

Miguel Pinto
(Coordenador do Gabinete de
Coesão Territorial)

Rodrigo Camacho
(Coordenador do Gabinete de
Economia e Finanças)

Equipa

David Pereira de Castro



JSD.PT